

Presidente
Herbert Victor Levy

Luiz Fernando Ferreira Levy
Paulo Roberto Ferreira Levy
Luiz Fernando Cirne Lima

Quarta-feira, 2 de setembro de 1992

DIRETORIA
Diretor-Presidente.
Luiz Fernando Ferreira Levy
Diretores Vice-Presidentes
Henrique Alves de Araújo
Roberto Müller Filho
Roberto de Souza Ayres
José Andretto Filho

Página 4

Mais do que nunca, o Congresso Nacional defronta-se com um momento no qual pode demonstrar para a Nação o quanto dá de importância para o encaminhamento das questões que dizem respeito não às pessoas, não aos partidos, mas às instituições.

O assunto ao qual nos referimos está à margem da corrente grave crise política pela qual passa o País, mas suas implicações têm ramificações profundas e significam toda a diferença entre o possível e o impossível na gestão dos negócios públicos nacionais.

O projeto de lei orçamentário, entregue na última segunda-feira ao presidente do Congresso Nacional, senador Mauro Benevides, deve ser examinado pelo Legislativo com a máxima urgência, de forma a tornar evidente, cristalino, o fato de que, mais uma vez, corremos o risco de embarcarmos em devaneios e irrealismos, quando as circunstâncias demandam apego completo, irretorquível, à realidade nua e crua.

O documento entregue pelo ministro da Economia ao presidente do Senado delimita

O orçamento da União e a importância do Congresso

com precisão os contornos da crise na qual vivemos. Seus números, ainda que em dinheiro de abril último, são de primeira grandeza. O que está por trás deles é um buraco negro, um monstro informe que deixa evidente a extensão e a profundidade da falência do Estado no Brasil.

Parodiando o que foi dito certa vez sobre uma proposta brasileira numa etapa da renegociação da dívida externa, a proposta orçamentária entregue ao Congresso "não dá para a saída".

Os próprios autores do documento reconhecem tal fato. Dizem, por um lado, que este seria um dos "mais austeros, transparentes e realistas" orçamentos da história da República. Dizem que nada se escamoteia das fraquezas do Tesouro Nacional e aduzem: "Somente uma ampla reforma fiscal (...) em 1993 poderá evitar o virtual colapso da administração federal".

Mesmo cortando gastos em 22%, o orçamento já sai da casca prevendo um déficit primário (que deixa de lado os encargos com a dívida pública, que representa nada menos do que 62% dos dispêndios totais previstos) de 0,7% do Produto Interno Bruto, o que significa que as contas da União já entrariam em 1993 com a perspectiva de um buraco de Cr\$ 5,7 trilhões.

Isso sem levar em consideração o fato de que, apesar de sua "austeridade" e de sua "transparência", o orçamento que está sendo proposto não prevê dotação de recursos para dois itens de fundamental importância política e social. Quais sejam, o pagamento da isonomia do funcionalismo público federal no próximo ano e a quitação dos atrasados devidos aos aposentados e pensionistas que obtiveram o reajuste de 147%.

Um orçamento que desconsidera direitos definidos ao nível do Supremo Tribunal Fede-

ral (como é o caso dos atrasados dos 147%) e do Legislativo (caso da isonomia) pode, evidentemente, ser transparente, mas, jamais, merecerá o apodo de realista.

Em nosso entender, cabe a deputados e senadores o realismo de atacar de frente, sempre tendo em conta primeira o interesse nacional, os problemas colocados por tal proposta orçamentária.

Num momento em que o Poder Executivo se vê emaranhado em vicissitudes políticas que o transformam num administrador de circunstâncias, cabe ao Congresso dar uma demonstração de maturidade e serenidade no atendimento das questões de médio e longo cursos.

No encaminhamento do orçamento ainda em vigência, a quantidade, a variedade e, de maneira geral, a inutilidade de emendas propostas não ajudaram a imagem dos parlamentares junto à opinião pública. A votação do novo orçamento é uma oportunidade para o Congresso fazer direito sua parte, que é tudo que a Nação dele espera.